



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

REF. PROT. N° 5476/2026

AO EXPEDIENTE DO GABINETE

Encaminhar à Câmara Municipal a complementação às respostas apresentadas ao Pedido de Informação nº 210/2026, constantes às fls. 9 a 11 dos autos em referência, servindo o presente como ofício.

Conclusos, encaminhar os autos ao arquivo.

Pirassununga,

FERNANDO LUBRECHET
Prefeito Municipal

Assinado de forma
digital por FERNANDO
LUBRECHET, CPF nº
190.434.078-44 em
01/10/2026 às 16:17:04
(GMT-03:00)



Protocolo nº 5476/2026

Pirassununga, 30 de setembro de 2026.

À Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Lavoura da Câmara Municipal de Pirassununga,

Assunto: Resposta ao Pedido de Informação nº 210/2026 — Projeto de Lei nº 98/2026 — Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal (PDDE-M)

Em atenção ao Pedido de Informação nº 210/2026, a Secretaria Municipal de Educação apresenta os esclarecimentos relativos ao Projeto de Lei nº 98/2026, com fundamento nos documentos integrantes do Processo Administrativo nº 2243/2026.

B.1 — Previsão e adequação orçamentária

Conforme a Demonstração de Impacto Orçamentário-Financeiro, datada de 25 de junho de 2026, há previsão orçamentária para o exercício de 2026, indicada na Ficha 212, vinculada à programação 09.05.00.12.365.1014.2064.

Esta Secretaria manifesta interesse em iniciar a execução do PDDE-M ainda em 2026, tão logo seja publicada a lei, observadas a regulamentação, a adequação orçamentária e as demais providências necessárias à formalização dos repasses.

Entretanto, considerando o apontamento do parecer legislativo sobre a classificação da Ficha 212, a previsão de recursos deverá ser acompanhada da adequação das dotações à modalidade de aplicação 50 — Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, com identificação segregada dos recursos destinados à educação infantil e ao ensino fundamental.

Quanto aos exercícios subsequentes, o documento inicial da Educação registra previsão de continuidade dos recursos. Essa previsão será detalhada e confirmada com a área contábil, observados o PPA, as respectivas LDOs e LOAs e a disponibilidade orçamentária e financeira de cada exercício.

B.2 — Estudo de impacto orçamentário-financeiro e memória de cálculo

Já consta do processo Demonstração de Impacto Orçamentário-Financeiro, elaborada em 25 de junho de 2026, que indica orçamento para o exercício de 2026, acompanhada de Declaração do Ordenador da Despesa assinada digitalmente.

Para atender integralmente à solicitação dessa Comissão, o estudo será complementado com as projeções para 2027 e 2028 e com a memória de cálculo dos três exercícios, explicitando



os quantitativos de unidades escolares e matrículas, a periodicidade dos repasses e as premissas metodológicas adotadas.

A minuta de decreto regulamentador atualizada, constante do processo, estabelece para 2026 os seguintes parâmetros:

- R\$ 2.000,00 de valor fixo por unidade escolar;
- R\$ 10,00 por aluno matriculado em período parcial;
- R\$ 15,00 por aluno matriculado em período integral;
- valor mínimo total de R\$ 2.500,00 por unidade escolar.

Nos termos dessa minuta, serão considerados os registros oficiais de matrículas da Secretaria Municipal de Educação referentes ao exercício anterior. O cálculo será realizado por unidade escolar, somando-se o valor fixo aos valores correspondentes às matrículas de cada regime de atendimento e assegurando-se o mínimo previsto.

A memória de cálculo será atualizada anualmente para subsidiar os repasses do exercício subsequente, considerando as alterações nos quantitativos de escolas e matrículas, a variação de índice oficial de inflação a ser definido na regulamentação e/ou outros dispositivos de interesse diante da disponibilidade orçamentária e financeira da pasta.

Os parâmetros e valores aplicáveis a cada exercício serão estabelecidos e divulgados por decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme já previsto na minuta de regulamentação, nos limites da lei instituidora do programa.

Após a definição das dotações adequadas, serão atualizadas as referências orçamentárias do estudo e da Declaração do Ordenador da Despesa, assegurando coerência entre esses documentos e a forma de execução dos repasses.

B.3 — Previsão de termo de colaboração

Sim. Será providenciada a alteração do art. 2º, § 1º, para prever expressamente a celebração de termo de colaboração com as Associações de Pais e Mestres — APMs, em atendimento ao apontamento do parecer legislativo e às disposições aplicáveis da Lei nº 13.019/2014.

A regulamentação contemplará os procedimentos de formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas das parcerias.

C — Informações complementares

Será providenciado o encaminhamento de substitutivo ao Projeto de Lei nº 98/2026, incorporando as adequações necessárias ao atendimento do parecer legislativo e dos questionamentos dessa Comissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



A instrução será complementada com a manifestação da Contabilidade sobre as dotações, o estudo de impacto para 2026, 2027 e 2028 e a atualização dos documentos pertinentes, de modo a permitir o regular prosseguimento da tramitação.

Esta Secretaria reafirma seu interesse na implementação do PDDE-M ainda em 2026, após a publicação da lei e o cumprimento das condições orçamentárias, administrativas e jurídicas necessárias, visando fortalecer a autonomia das unidades escolares e dar maior agilidade ao atendimento de suas necessidades.

Atenciosamente,

FERNANDO DEL
NERO:11531895859

Assinado digitalmente por FERNANDO DEL NERO:11531895859
ND: CHBR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e CPF A3, OU=SEM BRANCO, OU=1674529900111, OU=
videoconferencia, CN=FERNANDO DEL NERO:11531895859
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.30 16:39:47-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

FERNANDO DEL NERO
Secretário Municipal de Educação